

A ocupação da estação Mogiana de Campinas e o papel dos anarco-punks

Ivone Gallo - PUCCAMP

Uma preocupação cada vez mais presente entre os historiadores tem sido a aplicação das teorias e métodos da nossa disciplina na análise e interpretação dos temas do tempo presente. Convencionalmente, aceitamos que apenas os chamados processos históricos concluídos se prestariam a uma investigação de caráter históriográfico, sem contudo sermos capazes de estabelecermos, para a maior parte dos casos, as balizas seja do começo ou do fim dos tais processos. Enquanto isto, assistimos passivos que outras disciplinas apareçam revestidas com toda autoridade, para analisar os processos históricos e o fazem totalmente desprovidas das ferramentas necessárias a isto (conhecimento técnico e teórico necessários). Eu me refiro sobretudo, aos trabalhos de jornalistas, economistas, sociólogos, antropólogos, que, apesar de bem intencionados, por falta de conhecimento específico na nossa matéria incorrem em erros decorrentes desta limitação. Um dos mais freqüentes seria a interpretação de um período ou de acontecimentos pela análise de um único documento que, desprovido das relações necessárias acaba servindo isoladamente como prova de verdade, testemunho, comprovação da hipótese levantada.

Diante de uma tal situação, nas cabe uma séria reflexão sobre o papel da História não apenas diante de outras disciplinas, mas diante do tempo presente, isto é, como instrumento de intelecção deste tempo. Evidentemente, os obstáculos interpostos às nossas tentativas de uma interferência no tempo presente são muitos, a começar pela idéia de que um olhar retrospectivo de leitura dos tempos possa ser validado apenas pela sua capacidade em agir de um fim para um começo. Mas aí sobrevêm a pergunta: o que é o passado? Seria aquilo que está há dez, vinte ou cinco

anos longe da perspectiva do observador? Quando agimos no presente não fazemos a história?. Além disto, a perspectiva de leitura do tempo presente pelas referências próprias deste tempo parece interessante se, na maioria das vezes, o nosso olhar dirigido ao passado é impotente para alcançar os seus significados mais distintivos, pois torna-se impossível para nós o desprendimento total com relação às nossas referências contemporâneas. Nos parece inegável também, a existência de muitos entraves para uma pesquisa envolvendo o tempo presente, no que tange, por exemplo, à matéria prima do nosso trabalho: as fontes. Antes de mais nada, o acesso aos documentos depende, em muitos casos, da expiração de um prazo legalmente estabelecido para que as informações contidas neles possam tornar-se de domínio público. Isto, sem dúvida, poderia comprometer irremediavelmente qualquer tentativa de se cercar um tema que dependa deste tipo de fontes¹. No caso investigado aqui, as chances de insucesso por este motivo são diminutas, acrescenta-se a isto o fato deste trabalho remeter-se a um movimento social avesso às tentativas de ter sua própria memória preservada pelos órgãos oficiais. Isto não quer dizer que o grupo punk² investigado nesta pesquisa não tenham preocupação com sua memória, mas ilustra como vários dos grupos autônomos atuantes na nossa sociedade preferem guardar, produzir e divulgar, eles próprios as informações de que necessitam e a história que produzem. Para nós, só este impulso seria objeto para uma longa reflexão sobre o modo como temos desenvolvido o nosso trabalho enquanto profissionais da escrita da história. Entretanto, o assunto que me traz a este simpósio não é, ao menos não diretamente, uma questão com a historiografia, mas problemas de uma ordem diversa, fruto de indagações pessoais, advindas de uma vivência, e que me despertaram o interesse pelo lugar ocupado pela história e pelo historiador nos dias de hoje.

A cidade de Campinas (SP), foi palco, durante os anos 90, portanto, enquanto quadros do Partido dos Trabalhadores assumiram a administração da cidade, de acontecimentos que se repetem, com cada vez mais freqüência em várias partes do

mundo: uma ocupação por um grupo de marginalizados, de um terreno em desuso na área central da cidade.

O local onde se instalaram, conhecido como Estação Guanabara, data de 1893 e faz parte do antigo complexo ferroviário da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, estabelecida em 1872 por meio de uma lei provincial. Depois de conhecer um período de prosperidade a empresa entrou em crise até passar para o controle do governo do estado de São Paulo. Quanto à Estação Guanabara, teria encerrado suas atividades em 1974 e suas instalações desocupadas permaneceram sujeitas à deterioração. Por volta dos anos 1980, o governo do estado projetava a construção no lugar, de um centro cultural, porém acabou conferindo esta tarefa à Universidade de Campinas que, em 1990, teria assinado com o governo um contrato de concessão do prédio por um período de 30 anos. Até a chegada dos primeiros ocupantes no início daquela década, a Universidade nada tinha feito para preservar o conjunto da Estação Guanabara que já se encontrava em estado lastimável³. O desinteresse dos responsáveis pela tutela do edifício talvez tenha servido de estímulo, a uma população carente, marginalizada que vislumbrou no abandono do lugar uma chance de obtenção de, ao menos, um teto para abrigar suas famílias. Ali instalaram-se e passaram a viver da coleta de lixo, de pequenos serviços ou mesmo, na ausência disto, da mendicância. A estes moradores, juntou-se um grupo de punks que ocupou os galpões da Estação Mogiana no dia 1 de maio de 2001⁴.

Na chegada dos punks o edifício estava inabitável e tiveram muito trabalho até conseguir criar ali as mínimas condições de moradia: refazer parcialmente a cobertura do telhado, puxar a água para dentro das instalações, etc. Mesmo com todos estes esforços obtiveram apenas o mínimo necessário, e até nem isto, pois não havia ali condições sanitárias. Mais difícil do que habitar em instalações tão precárias foi a convivência complicada com os primeiros moradores do lugar, pouco inclinados a uma conversa com um grupo de punks, talvez, por sua peculiaridade fossem vistos com maus olhos. Na verdade, a parte ocupada por eles, junto aos trilhos, era o local aonde

à noite os drogados juntavam-se e muitos desentendimentos aconteciam. Os punks, por seu turno, tomaram iniciativa em coibir estas práticas ali e a tentar, por meio de um trabalho cultural, a recuperação da auto-estima dos moradores do lugar. A melhor das intenções entretanto, foi por um longo tempo recebida com desconfianças da vizinhança e, nem todos pareciam concordar ou pretender aderir às atividades propostas pelos punks.

Depois de instalados, os punks conferiram um nome ao lugar, em substituição ao nome oficial de Mogiana a partir de então conhecido por Espaço Contra-Cultural Pomba Negra. Segundo diziam, o nome oficial parecia inadequado por ter sido conferido pela empresa inglesa que construiu o edifício. Por outro lado, o nome Pomba Negra é a expressão da cultura dos novos habitantes para quem, Pomba representa o ser que habita todas as partes da Estação, uma pomba que é negra porque é esta a cor da tristeza e do luto⁵. Com relação ao objetivo de constituir-se como Espaço Contra-Cultural, muitas providências foram tomadas neste sentido. Inicialmente montaram, através de doações, uma biblioteca com aproximadamente 600 títulos, cedidos aos moradores como empréstimo e também, utilizados nas atividades educativas com as cerca de 50 crianças das famílias do todo da ocupação. Havia também, uma farmácia de remédios produzidos a partir de ervas, como pomadas e chás, empregados na cura das doenças dos punks e demais moradores. Ali não havia médicos então, isto tornou-se o recurso daquelas populações desassistidas pelo poder público. Um dos principais alvos dos punks eram as crianças para as quais construíram até um parquinho com brinquedos de segunda-mão reciclados, como balanço, trepa-trepa, gira-gira. Para as crianças faziam ainda, oficinas de brinquedos e maquetes representando a Estação, construídos a partir do lixo reciclável, como papel, garrafas pet, etc., atividade muito apreciada por elas⁶. Uma vez por semana, apanhavam as crianças em suas casas pela manhã e com elas realizavam um trabalho de alfabetização em português, além de introduzirem o Esperanto⁷. Os

adultos também podiam beneficiar-se com as aulas de capoeira, inglês, batuques e sessões de vídeo aos domingos.

Sobre a ação dos punks na ocupação, há vários pontos a ressaltar-se. Antes de mais nada, é preciso lembrar que todo este trabalho não objetivava um ganho material para o grupo. Isto porque entre eles o fim último é o da crítica ao sistema capitalista dentro do qual a cultura é concebida apenas como mais um produto no mercado, disponível para o consumo. Ao invés disto, a cultura transformou-se, na Estação Guanabara, em uma forma de conscientização das populações marginalizadas acerca do seu papel na nossa sociedade e do seu poder de criação e de transcendência com relação ao sistema capitalista. A cultura, neste sentido, é assumida como um fazer cotidiano daquela comunidade e, por isto mesmo, longe de apresentar-se como um espetáculo de consumo, está imbricada ao dia a dia daquelas populações e responde, ao mesmo tempo em que reflete, as exigências daquele meio em que nasce⁸. A cultura define-se como cultura dos pobres e como um fazer em permanente construção, que não depende de um indivíduo ou de um grupo pensante, mas é o produto comum da coletividade. Este conceito pode não ter se espreado para o conjunto dos moradores, entretanto parecia vital para os punks uma idéia de cultura em desconstrução com relação à cultura vigente. Assim, a contestação do capitalismo inicia-se na própria forma de habitação, em grupo, em coletivos, sem separação por sexo, e em oposição à família tradicionalmente constituída e que representa o alicerce do sistema capitalista. Na comunidade punk os trabalhos domésticos são repartidos entre todos os membros, com o uso coletivo da cozinha, dos materiais de trabalho e com a repartição comum das rendas individuais conseguidas com pequenos trabalhos, venda de artesanato, confecção de faixas, distribuição de poesias pelas ruas, etc.

Um outro ponto de destaque na atuação dos punks na Mogiana e muito ligado a esta noção de cultura, é o fato do trabalho realizado ali não pretender tampouco uma ação de cunho assistencialista, ao contrário, a idéia mestra voltava-se para a reunião de forças empenhadas na construção de um modo alternativo de vida, independente e

autônomo com relação ao capitalismo ou mesmo a instituições; estabelecer formas de economia popular conscientes, com uma produção voltada para a sobrevivência e não agressiva ao meio ambiente. Junto com isto, há a preocupação constante com a saúde do corpo e portanto, com a qualidade da alimentação.

Muitas críticas poderiam ser tecidas sobre o sucesso em levarmos avante um modo alternativo de vida, radical, de recusa total do meio circundante em uma sociedade que submete as exigências da sobrevivência às trocas com base em dinheiro. Esta é uma contradição com a qual a comunidade punk vê-se obrigada a conviver, como ainda outras inumeráveis contradições das quais não há espaço para tratar aqui com a atenção merecida, mas, apesar dos dilemas que elas provocam parecem não abalar estes grupos mais ativos, pois continuam convictos das suas idéias de difundir uma contra propaganda do sistema, desde o traje que portam até o modo como vivem. Neste sentido, as contradições perdem a relevância diante da força da imagem, isto é, daquela presença permanente e instigadora no espaço público a nos lembrar do lado obscuro da vida, da sujeira atirada para debaixo do tapete sobre a qual não se quer falar.

A história do Espaço Pomba Negra teria fim em começos de 2004, depois de um longo período de negociações com a Unicamp e que terminaram com ameaças explícitas aos moradores sobre desocuparem a Estação por bem ou por mal. Para evitar um confronto direto com a polícia, até porque desprovidos como se viam dos meios de defesa, nada podiam fazer, resolveram deixar suas casas sob promessa, jamais cumprida, de auxílio para fixarem-se em outras moradias. Muitos, sem terem para onde ir, inclusive os punks, ocuparam um prédio vazio pertencente à AMBEV de onde foram obrigados a sair em poucas semanas.

A história desta ocupação é um alerta para o historiador sobre o seu papel enquanto profissional e enquanto agente social. A mim parece triste que no caso da Mogiana os envolvidos tivesse optado por uma visão arcaica da utilização dos bens patrimoniais em prejuízo do conceito moderno, mais amplo, de Patrimônio Cultural,

aceito pela UNESCO, que privilegia, para além dos imóveis, os seres humanos e o patrimônio imaterial, como valores a serem preservados pelas sociedades. A idéia que partiu da Universidade Estadual de Campinas da construção de um moderno Centro Cultural naquele lugar, representou um verdadeiro rolo compressor para a cultura dos pobres. Dessa forma, os que estavam excluídos da história passam também a excluídos da memória uma vez que será aplicada na revitalização do edifício a estética burguesa. Senhora exclusiva do tempo e da memória esta classe impõe às demais a sua dominação. Se não se trata disto, então do que se trata afinal? Ali já existia um centro cultural, o edifício já havia sido revitalizado com a ocupação, entretanto, não parecia cabível a concessão de direitos aos catadores de papel, pedintes, punks, subempregados que inscreviam naquelas ruínas a continuação de uma história de massacre dos pobres. Estes foram postos para fora, sem nenhum pudor, à imitação da remodelação urbana de Paris do século XIX, atirados à periferia da cidade onde não incomodem, nem possam ser vistos. Enquanto isto, processam-se os acordos, alianças e falam-se nos milhões angariados com parcerias e destinados à reforma do edifício, pensada e resolvida entre poucos, sem que a população fosse ouvida. Depois de tudo isto, as paredes do prédio hoje cobertas por desenhos e inscrições retratando a miséria e a injustiça, como memória dos oprimidos, serão recobertas, as janelas e portas refeitas, o piso limpo e restaurado, o lixo retirado. Assim, higienizado e embelezado o espaço e apartadas as classes perigosas, a burguesia poderá se instalar para continuar repetindo a sua história como pesadelo diante de uma sociedade maltratada e emudecida.

¹ Para uma discussão sobre as questões que envolvem o tratamento de uma história do tempo presente ver: INSTITUT D'HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT. *Ecrire l'histoire du temps présent. Actes de la journée de l'IHTP, 14 mai 1992*, Paris: CNRS Editions, 1993.

² A comunidade punk não se apresenta como uma totalidade coesa. O grupo que analiso define-se como anarco-punk. Os anarco-punks, por sua vez, dividem-se em muitas vertentes do anarquismo, uns adeptos de uma ação mais radical como a proposta de Bakounin, outros radicalizam na importância do indivíduo acima da comunidade.

³ Atualmente o prédio é tombado pelo Condepacc- Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas.

⁴ Estima-se que no final de 2003 a população instalada no local atingisse em torno de 30 famílias além de mais ou menos 30 punks.

⁵ Cf. *Projeto Pomba Negra* de autoria do grupo e de seus colaboradores, Campinas, s.d.

⁶ Muitos dos projetos levados adiante na estação Guanabara contaram com a colaboração de outros grupos, de estudantes, inclusive, ligados à extensão da Unicamp, preocupados em estabelecer uma dinâmica entre a Universidade e a comunidade de Campinas proposta esta que entrava em choque com a administração da Unicamp durante a gestão de Brito Cruz. Um daqueles grupos, o Trilhares Histórias, atuou muito próximo da comunidade da Estação Guanabara, realizando um trabalho formativo, educacional junto às crianças do lugar através da contação de histórias.

⁷ O Esperanto foi uma criação do judeu polonês Zamenhof (1859-1918) na tentativa de romper com as barreiras linguísticas em todo o mundo. A nova língua teria sido apresentada ao público em 1887 e construída a partir de uma fusão de várias línguas, como o hebraico, latim, grego e ainda outras línguas modernas. No Brasil, a difusão do Esperanto deu-se principalmente, nas organizações operárias que a incluíam nos seus programas educacionais, talvez motivados pelo caráter universalizante a que se pretendia como língua.

⁸ Um dos lemas do grupo, inscrito inclusive, em faixas portadas nas suas manifestações públicas e também escrito nos muros externos da Estação é "Cultura não é comércio".